



10º Encontro Internacional de Política Social
17º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Democracia, participação popular e novas resistências
Vitória (ES, Brasil), 27 a 29 de agosto de 2024

Eixo: Educação e Política Social

O ensino superior aos moldes da formação social brasileira: um estudo sobre os resquícios do ontem no hoje

Ingridilaine Carreiro de Oliveira Azevedo¹

Resumo; O presente trabalho possui como ponto nevrálgico a discussão da formação social brasileira concomitante à formação do ensino superior no Brasil. A pergunta que nos guia neste trabalho é, qual tipo de ensino é destinado aos países de capitalismo dependente? Na tentativa de respondê-la, iremos nos debruçar sobre o estudo bibliográfico com base em Marx e em autores que comungam no materialismo histórico marxista para discutir a temática aqui proposta. Também recorreremos ao estudo documental para fornecer uma análise mais ampla da expansão mercantil na educação brasileira, em especial, após a década de 1960, primeiro período de expansão do ensino superior privado no país, e a década de 1990 com a contrarreforma do Estado, configurando outro momento de expansão do ensino superior via setor privado-mercantil no país.

Palavras-Chave: Ensino Superior; Formação social brasileira; privatização; mercantilização.

Higher education in the mold of Brazilian social formation: a study of the remnants of yesterday in today's world

Abstract: The crux of this paper is the discussion of Brazilian social formation and the formation of higher education in Brazil. The question that guides us in this work is, what kind of education is intended for countries with dependent capitalism? In an attempt to answer this question, we will look at a bibliographical study based on Marx and authors who share Marxist historical materialism in order to discuss the issue proposed here. We will also use documentary studies to provide a broader analysis of the expansion of the market in Brazilian education, especially after the 1960s, the first period of expansion of private higher education in the country, and the 1990s with the counter-reform of the state, which was another moment of expansion of higher education via the private-market sector in the country.

KEYWORDS: Higher Education; Brazilian social formation; privatization; commodification.

1 - Introdução

Para compreendermos o atual contexto do ensino superior no Brasil é necessário a compreensão da formação social brasileira, típica de um país de capitalismo dependente, a qual trouxe no seu bojo histórico intensas desigualdades sociais que forjaram ao longo do tempo as bases para um padrão educacional rebaixado e majoritariamente privado com poucos investimentos e recursos públicos para a educação superior pública. Isso se dá ao mesmo tempo em que há uma enxurrada de incentivos fiscais e transferência de renda para o setor privado por parte de recursos públicos.

¹ Mestranda pela Universidade Federal Fluminense no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (PPGSSDR). Email: ingridilainecarreiro@gmail.com

Assim, forjou-se o ensino superior, não concebido historicamente como direito, e sim, um privilégio das classes dominantes, já que o Brasil desde a colonização se configura como um dos países mais desiguais do mundo², “Há poucos países, na América Latina e no mundo, que apresentam padrões de desigualdade social como os que se registram no Brasil” (Netto, 2007, p. 138).

Desse modo, no sistema capitalista com a intensificação das desigualdades, origina-se as expressões da “questão social” decorrente “[...] de uma escassez que resulta necessariamente da contradição entre as forças produtivas (crescentemente socializadas) e as relações de produção (que garantem a apropriação privada do excedente e a decisão privada da sua destinação)” (Netto, 2001, p.46).

Nesse sentido, o sistema educacional se configura como parte relevante do processo de dominação de classe de produção e reprodução do sistema econômico, político e social adotado por determinados países no cerne do sistema capitalista – precisamente no sistema capitalista periférico – possuindo papel fundamental para formar e conformar as classes trabalhadoras no senso comum.

Corroborado por uma subalternização formal e articulada em âmbito mundial, na qual os países de capitalismo dependente têm suas *burguesias locais* subordinadas às burguesias dos países de capitalismo centrais, em uma correlação que se articula e combina³. Que concentra e centraliza riqueza e pobreza em proporções de distribuição extremamente desiguais e que desenha a educação para fortalecer as demandas do sistema capitalista⁴.

Como no caso do Brasil, destina-se, especialmente, a educação voltada a fomentar o trabalho simples (trabalho braçal)⁵ em relação a divisão internacional do

²Para conferir: <https://diariodoestado.com.br/os-10-paises-mais-desiguais-do-mundo-78146/>. Acesso em 02.jul.2023.

³ “[...] Estes diferentes estágios não estão simplesmente um ao lado do outro, numa espécie de coexistência congelada, mas se articulam, se combinam, “se amalgamam”: o processo do desenvolvimento capitalista, criado pela união das condições locais (atrasadas) com as condições gerais (avançadas) “um amálgama social cuja natureza não pode ser definida pela busca de lugares comuns históricos, mas somente por meio de uma análise com base materialista.” [...]” (Lowy, 1998, p.3).

⁴ Importante salientar que, de acordo com Florestan (1976) os fluxos de dependência se reestabelecem em cada nova etapa do movimento demandado pelos países de capitalismo central.

⁵ “A formação para o trabalho complexo no Brasil se desenvolveu, desde os seus primórdios, em instituições isoladas de ensino superior. Desde os colégios jesuíticos no Brasil Colônia até a criação das primeiras cátedras, escolas, institutos e faculdades durante o Império, a característica principal deste tipo de formação foi sua realização em instituições específicas de uma área do saber que, localizadas nos principais centros urbanos do país na época, preparavam predominantemente para o exercício das

trabalho. Visto que, há uma facilidade de encontrar força de trabalho barata e abundante no país, além de uma extensa franja sobranete.

Diante disso, o Estado possui papel importantíssimo na educação como sistema institucional, sendo o sustentáculo do sistema capitalista, possibilita por meio da educação, mão de obra em quantidade e qualidade necessária para garantir a manutenção e funcionalidade da ordem capitalista (Harvey, 2011).

Sampaio (1991) destaca que a história do ensino superior no Brasil começa com a chegada da corte portuguesa em 1808, ainda de forma muito embrionária se gestava uma formação profissional pragmatista e excludente - somente homens brancos da elite tinham acesso -, esse núcleo de fomento ao ensino superior, ocorria aos moldes do projeto de modernização de Portugal do século XVIII, advindos da reforma da Universidade de Coimbra⁶. Também foi sendo influenciada pela formulação do modelo napoleônico com a separação do ensino e pesquisa.

O que pôde-se observar ao longo da história do ensino superior no Brasil, é o acesso extremamente desigual, atualmente ao ensino superior público de qualidade, haja visto, que grande parcela das classes subalternizadas acessam a educação superior via instituições de ensino superior (IES) privadas, com enfoque no ensino à distância (questão ímpar para o debate que estamos iniciando).

Sem mais delongas, cabe-nos salientar que a discussão que pretendemos debruçarmos neste artigo, gira em torno do eixo marxista de compreensão da realidade e totalidade na ordem da sociabilidade burguesa. Buscamos analisar alguns dos principais aspectos da formação social capitalista no Brasil, para adentrarmos ao debate do padrão educacional rebaixado aqui desenvolvido.

2 - A educação superior na sociedade de capitalismo periférico: o caso do brasil

As bases da formação social no Brasil moldaram a sociedade de classes constituinte do sistema capitalista já no modo escravocrata - marcas até hoje sentidas da colonização, de subalternização de uma das nações que mais protelou a escravização do mundo -, desenhando-se pela intensa dependência dos países capitalista centrais na

atividades militares, da administração do Estado e das chamadas “profissões liberais” (Neves; Pronko, 2008, p.31).

⁶ Ler-se-á: em Sampaio, 1991.

lógica de superexploração⁷ e extração de mais-valia⁸.

[...]A força de trabalho, na superexploração, além de estar submetida à exploração capitalista nas determinações mais gerais da lei do valor, está também submetida às determinações específicas desta, sob as quais é agudizada sua tendência negativamente determinada, que atua de modo sistemático e estrutural sob as economias dependentes, provocando o desgaste prematuro da força de trabalho e/ou a reposição de seu desgaste de tal maneira em que a substância viva do valor não é restaurada em condições normais (isto é, nas condições sociais dadas), ocorrendo o rebaixamento do seu valor (Luce, 2018, p.155).

É nesse sentido que a educação institucional ganha importante notoriedade enquanto um dos pilares de sustentação do sistema capitalista de produção, haja visto, que através da formação de profissionais, sobretudo, de uma formação técnica e pragmática fornece ao sistema força de trabalho adestrada com a qualidade e na quantidade necessária a manutenção da ordem capitalista⁹.

Logo, cabe-nos compreender que tal processo de precarização *do homem que trabalha*, especialmente das classes trabalhadoras nos países de capitalismo dependente, serve ao propósito de escoar capital excedente para os países de capitalismo centrais. Desse modo, coadunamos com Lênin ao afirmar que, “O capitalismo se transformou num sistema universal de subjugação colonial e de asfixia financeira da imensa maioria da população do planeta por um punhado de países “avançados” (Lenin, 2011, p.110).

Por conseguinte, ao Estado cabe a garantia da força de trabalho adequada às demandas do sistema, ao qual se torna responsável – não exclusivamente – a formação profissional, oferta de treinamentos e investimentos educacionais de adestramento e docilidade da classe trabalhadora ao sistema, garantindo a lucratividade e a

⁷ “A superexploração do trabalho constitui, portanto, o princípio fundamental da economia subdesenvolvida [*marca legível do imperialismo*], com tudo que isso implica em matéria de baixos salários, falta de oportunidades de emprego, analfabetismo, subnutrição e repressão policial” (Marini, 2013, p.52, grifos nossos).

⁸ “O mais-valor, ou mais-valia, resulta, pois, da transformação do valor de uma mercadoria que vem a ser pago depois que seu valor de uso, sob o comando do capital, recria o antigo valor de troca como uma substância capaz de aumentar por si mesma. [...] No plano histórico, porém, esse crescimento aparentemente automático depende da acumulação de riqueza capaz de comprar força de trabalho livre [...] Engels e seus companheiros dirão que Marx descobriu a lei da exploração capitalista, pondo assim a nu a natureza econômica e política da exploração da classe trabalhadora” (Marx, 2011, p, 102).

⁹ Nesse contexto, contribuindo tanto com mão de obra efetivada, quanto com uma vasta franja sobranje possibilitando aos capitalistas o tensionamento cada vez maior dos salários, a exacerbação da precarização do trabalho e os crescentes vínculos de trabalho informal.

superexploração das classes trabalhadoras pelo capitalismo¹⁰.

Mesmo o Estado se apresentando enquanto mediador de conflitos e respaldado em uma certa “neutralidade”, é pertinente compreendermos segundo Marx e Engels (1998) que o Estado burguês, se configura em um Estado de coerção, presente na sociedade para garantir a propriedade privada e gerenciar a lógica de acumulação. Para estes, o Estado em primeira instância correspondia às demandas da burguesia, tendo papel fundamental na mediação entre as lutas de classes. Coutinho (2006) nos alerta que o Estado patrimonialista vem sendo tratado pelos seus ocupantes como propriedade pessoal, o que levou ao nepotismo, clientelismo e a corrupção.

Características que prosseguem na contemporaneidade. Fato herdado pela associação e resquícios dos antigos regimes coloniais. Oliveira (2003) caracteriza este processo de construção da sociabilidade capitalista dependente na sociedade brasileira, como: o chamado “moderno” cresce e se alimenta da existência do “atrasado”¹¹.

Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de *lei do desenvolvimento combinado*, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. (Trotsky, 1977, p.25)

É nesse sentido que a educação no Brasil, via de regra, um dos países da América que mais retardou a instituir as universidades¹², necessitou criar instituições de ensino superior que viabilizem a expansão do capitalismo para formação do trabalho simples e complexo¹³.

Como sinalizado na introdução, o trabalho simples destinado às classes trabalhadoras para desenvolver-se tecnicamente no processo de produção do sistema capitalista e o trabalho complexo voltado para as classes dominantes no sentido de gerir

¹⁰ “A educação, ou a pedagogia, tanto em sentido escolar quanto, sobretudo, em seu sentido mais amplo – que abrange o Estado educador – assumia papel crucial, voltado a forjar homens adequados às formas de produção, de trabalho e de existência social reconfiguradas pela expansão do capital” (Fontes, 2010, p, 173).

¹¹ Lowy (1998) ao fazer a leitura do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky sobre as contradições capitalistas existentes nas sociedades de capitalismo periférico chegou ao ponto chave: o moderno necessita do atrasado para se desenvolver em uma correlação que se articula e combina.

¹² “O ensino superior no Brasil só veio a adquirir cunho universitário nos anos 30 [...]. Por mais de um século, de 1808 – quando foram criadas as primeiras escolas superiores – até 1934, o modelo de ensino superior foi o da formação para profissões liberais tradicionais, como direito e medicina, ou para as engenharias” (Sampaio, 1991, p.1).

¹³ Ver-se-á em: Marx, 2011.

o aparelho estatal e as profissões que requerem maior tempo de qualificação e notoriedade social¹⁴.

A educação superior no Brasil em seus primórdios, possui forte vinculação à esfera privatista e confessional, assim emerge o ensino superior via instituições católicas e via escolas isoladas em sua maioria politécnicas provenientes de famílias da elite brasileira. Uma educação técnica voltada à produção e qualificação que visa a exportação de bens de consumo.

Destaca-se que o ensino superior no Brasil, só obteve sua primeira instituição com caráter universitário em 1920 com a Universidade do Rio de Janeiro (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro). Entretanto, não abarcou a pesquisa¹⁵ e extensão, que só foi considerada tardiamente demandada pela expansão do comércio na substituição das importações via industrialização do Brasil¹⁶ (Leher, 2019).

Neste contexto, foram criados o Instituto Tecnológico da Aeronáutica, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que possibilitaram bases nacionais para o desenvolvimento científico do país, **até então dependente de fundações estrangeiras (Rockefeller, Ford, Kellog)**, frações burguesas de São Paulo criaram a Universidade de São Paulo (USP) (1934) [...] (Leher, 2019, p, 47, grifos nosso).

É de suma importância compreender que o intuito dos fortes investimentos e diversas diretrizes estadunidenses que foram e são fornecidas aos países sul-americanos, nesse período em específico, de industrialização das metrópoles, direcionava-se a necessidade de fomentar a educação para possuir mão de obra qualificada para então gerar mais-valia e assim possibilitar o escoamento do excedente para os países de capitalismo central, nesse caso, primordialmente para os Estados Unidos¹⁷.

¹⁴ “Na medida, todavia, em que o sistema capitalista se solidifica e os sistemas educacionais se estruturam, assume nitidez a defesa da universalização dualista, segmentada: escola disciplinadora e adestradora para os filhos dos trabalhadores e escola formativa para os filhos das classes dirigentes” (Frigotto, 2010, p.36).

¹⁵ “É preciso notar, todavia, que até a década de 30 não foi o ensino superior que abrigou a pesquisa, mas uma série de outras instituições -os museus, os observatórios, os institutos de pesquisa - todas elas extremamente frágeis, dependendo das vicissitudes do apoio do Estado” (Sampaio, 1991, p.8).

¹⁶ Para maior aprofundamento ler-se em: Leher (2022) “Darcy ribeiro (1922-1997):Universidade e projeto autopropelido de nação”.

¹⁷ Os organismos internacionais não financiavam somente a área da educação, mas forneciam de forma ampliada uma gama de subsídios para a sobrevivência das classes trabalhadores, engajadas no processo de produção, como investimentos na saúde e de forma ideológica na cultura.

2.1 - Expansão do ensino superior via setor privado-mercantil

Sob este aspecto o financiamento da educação no Brasil de forma significativa irá ocorrer a partir da década de 1960 diante do cenário da ditadura empresarial militar sob a forma de internacionalização do capitalismo, cujo país se insere concretamente de forma periférica ao capitalismo em seu estágio já monopolista.

O primeiro momento expansivo do ensino superior brasileiro foi marcado pela vigência do que Ianni analisou como “ditadura do grande capital”, isto é, sob uma forte ditadura, tratou-se de abrir o país ao grande capital, o que incluiu a exploração do ensino superior. No período 1964-1989, o crescimento de Instituições de Ensino Superior (IES) não universitárias foi expressivo, vinculado a famílias que geralmente já possuíam escolas de educação básica e abriam cursos noturnos nas áreas de Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, impulsionadas pelo incentivo estatal⁶ (Pereira; Vale, 2019, p.111).

Como podemos observar na Figura a seguir, o ensino superior expandiu-se de forma notória da década de 1960 a 1980.

Figura 1 – Matrículas por categoria administrativa: Brasil 1960-1980.

Quadro 3 - Evolução das Matrículas em Estabelecimentos Públicos e Privados - Brasil 1960-1980

Ano	Total de Matrículas	% de Crescimento	Matrículas Instituições Privadas	% das Matrículas privadas sobre o total
1961	98.892	6	43.560	44,0
1962	107.299	9	43.275	40,3
1963	124.214	16	47.428	38,2
1964	142.386	15	54.721	38,4
1965	155.781	9	68.194	43,8
1966	180.109	16	81.667	45,3
1967	212.882	18	91.608	43,0
1968	278.295	31	124.496	44,7
1969	342.886	23	157.826	46,0
1970	425.478	24	214.865	50,5
1971	561.397	32	309.134	55,1
1972	688.382	23	409.971	59,6
1973	772.800	12	472.721	61,2
1974	937.593	21	596.565	63,6
1975	1.072.548	14	662.323	61,8
1976	1.044.472	--	648.862	62,1
1977	1.137.070	9	708.554	62,3
1978	1.267.559	11	779.592	61,5
1979	1.298.331	2	808.253	62,3
1980	1.345.000	4	852.000	63,3

Fonte: Levy, 1986.

Fonte: Levy, 1986 *apud* Sampaio, 1991.

No ano de 1961, como demarcado na figura 1, as IES públicas mantinham cerca de 55.332 matrículas, em contrapartida as IES privadas continham 43.560. Agora, se analisarmos uma década depois, em 1971 o setor privado já havia ultrapassado as matrículas das IES públicas (252.263 matrículas), na qual o setor privado (contava com 309.134 matrículas), ao reverter em porcentagem, observamos que as IES privadas concentravam cerca de 55% das matrículas e o setor público 45%.

Na década de 1980 esses números eram exorbitantes se comparados, cerca de 493.000 matrículas obtinha o ensino superior público, em contramão o setor privado já concentrava 852.000 matrículas. As IES públicas possuíam 37% das matrículas e as IES privadas com 63%.

No período da ditadura militar empresarial no Brasil, a expansão do ensino superior contou com o apoio dos Estados Unidos. De acordo com Pereira (2022), para preparar terreno a “modernização”, a educação brasileira foi sendo organizada de acordo com os padrões estadunidenses, tanto a educação escolar, quanto a superior. Nitidamente entre os períodos de 1946 e 1964 consegue-se observar um “*ensaio de modernização*” à guisa dos ideais de modernização estadunidense, sendo assim, sob o véu de que a modernização seria necessária para o desenvolvimento do país.

A reforma universitária de 1968, buscou racionalizar e flexibilizar as decisões administrativas, possibilitando que o ensino superior privado se tornasse hegemônico no Brasil, como podemos observar na tabela acima após os anos de 1970.

O modelo econômico então vigente – em processo de internacionalização, concentrador e centralizador de capital, que fazia do consumo individual de bens duráveis uma de suas estratégias – buscava mão-de-obra qualificada para as exigências dessa nova fase. A reforma universitária de 1968 possibilitou uma mudança na forma de ascensão social da classe média. A alteração do modelo econômico brasileiro – que facilitou a emergência, no país, de grandes empresas nacionais públicas e privadas e corporações multinacionais – interrompeu a principal via de ascensão social dos setores médios, ao mesmo tempo em que produzia um mercado de trabalho para mão-de-obra “diplomada”. O ensino superior tornou-se uma relevante estratégia de reprodução e ampliação da classe média, importante mercado consumidor no modelo de desenvolvimento econômico associado ao capital internacional e fonte de legitimidade do regime militar-autoritário (Sguissardi; Silva Jr., 2020, p.198).

Com a chegada da década de 1970 essa tendência expansiva do ensino superior continuou no país. Contudo, em decorrência das crises geradas pela desregulamentação do sistema monetário e dos dois grandes choques petrolíferos que afetaram em escala planetária a economia, ocasiona-se a reestruturação produtiva do capitalismo a nível internacional. Essas crises agitaram a estrutura sistêmica do modo de produção que a partir de então seriam crises estruturais e não mais cíclicas¹⁸, logo, ocorre a necessidade

¹⁸Netto em suma traz apontamentos acerca da crise estrutural: “[...] vale dizer, quando o sistema subsumido planetária e totalmente ao capital chega à sua curva descendente e objetiva a sua crise estrutural, expressando-se na efetividade do tardo-capitalismo –, a dimensão civilizatória se esgota e o sistema se revela como barbárie, torna-se bárbaro. Este é o estágio atual da ordem do capital” (Netto,

de se repensar o modo de produção capitalista, ou seja, o mundo do trabalho.

Adota-se então o neoliberalismo, cujo marco data do pós segunda guerra mundial, entretanto, a partir de 1970 o projeto neoliberal passa a ganhar terreno na reestruturação produtiva do capital e em sua mundialização, exemplo disso são as eleições de Thatcher na Inglaterra em 1975 e Reagan nos Estados Unidos em 1981. Na doutrina do neoliberalismo há sempre incluído, como componente, o anticomunismo (Anderson, 1995).

Tal sistema capitalista à luz de Chesnais (2005) na mundialização do capital sob a imagem da “cidade planetária” esconde os reais intuitos de controle político e social no capitalismo. O processo de mundialização do capital produz e necessita da desregulamentação do mercado, sendo um movimento estratégico para não extrapolar os custos de locomoção e produção de mercadorias.

“O grande objetivo atual das forças do capital, no Brasil e no mundo, é consagrar a pequena política e a pseudo-ética do privatismo desenfreado como elementos fundamentais de um senso comum que sirva de base à sua hegemonia. É essa, precisamente, a face ideológica do neoliberalismo” (Coutinho, 2006, p.191-192).

A mundialização da economia está ancorada nos grupos transnacionais nas fusões e aquisições de empresas - o que Fontes (2011) vai chamar de pornografia de mercado -, onde as empresas industriais se associam com as instituições financeiras que passam a comandar o conjunto da acumulação e a dominar política e socialmente as relações capitalista com suportes do Estado Nação. *O nacional se submete à soberania das organizações internacionais* como o FMI e o BM e a OMC que a autora chama de a “*santíssima Trindade do capital*” (Iamamoto, 2015).

2012, p, 220).

Harvey compreende os desafios das crises cíclicas tais quais: “O deslocamento sereno dos excedentes de capital e trabalho de uma região para outra cria um padrão de oscilações mitigadoras dentro do todo que encontra fortes barreiras. As fronteiras podem ser fechadas, as sociedades pré-capitalistas podem resistir à acumulação primitiva, podem surgir movimentos revolucionários etc. Mas as barreiras também surgem devido a toda a lógica contraditória da própria acumulação do capital. [...] As crises são reduzidas a crises cíclicas menores, enquanto os fluxos de capital e trabalho se deslocam de uma região para outra, ou mesmo se revertem, e estimulam desvalorizações regionais (que, às vezes, podem ser intensas), assim como ajustes importantes nas estruturas espaciais (como o sistema de transporte) destinados a facilitar os fluxos espaciais. [...] Quanto mais as forças da inércia geográfica permanecem, mais profundas se tornarão as crises agregadas do capitalismo e mais selvagens as crises cíclicas se tornarão para poderem restaurar o equilíbrio perturbado” (Harvey, 2013, pp, 617-618).

Com todo ocorrido, o terceiro momento a partir de 1990, de expansão mercantil da educação originou-se nas inúmeras contrarreformas do aparelho do Estado, com a finalidade de mitigar os custos com o setor público brasileiro e implementar fortemente o neoliberalismo, seguindo os documentos internacionais como os do Consenso de Washington com “as dez medidas econômicas para os países sul-americanos”, a fim de promover o ajuste macroeconômico¹⁹, como também diversos outros documentos do BM, FMI, CEPAL.

O governo brasileiro sob o comando de Fernando Henrique Cardoso, através da Instauração do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE) sob o comando do ministro Bresser Pereira, sendo chefe de gabinete Vazquez Filho e secretária-executiva Cláudia Costin, elaborou e implementou o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado em 1995.

A partir de então, o Estado se torna um valioso instrumento para a ampliação da esfera privada no seio do próprio aparelho estatal sob a visão gerencialista²⁰ de flexibilização com o objetivo de ajustar/reduzir a autonomia dos Estados brasileiros no cenário de reorganização do capitalismo em âmbito mundial, em um processo de contrarreforma, uma das medidas foi trazer ‘eficiência’ para reajustes orçamentários e fiscais²¹.

As medidas recomendadas são relativas a ajuste fiscal, privatização, liberação/ajuste de preços, desregulamentação do setor financeiro, liberação do comércio, incentivo ao investimento externo, reforma do sistema de previdência/seguridade social e reforma do mercado de trabalho (Sguissardi; Silva Jr., 2020, p.41).

Diante disto, as políticas públicas e sociais, de forma geral, com o recrudescimento do setor privado no aparelho estatal, dentro de sua lógica axial de

¹⁹ “No Brasil e em outros países latino-americanos de ‘capitalismo dependente’, a abertura dos mercados foi condicionada à renegociação da dívida externa e aos princípios e regras estipulados no Consenso de Washington, inserindo mudanças significativas (e ‘modernizadoras’) nas bases institucional, política e econômica. No âmbito da educação, a ‘nova ordem mundial’ impulsionada pelo Banco Mundial foi a de ampliar o nível de escolaridade da população, constituindo-se em melhoria da qualificação do trabalhador como condição de ‘inserção no mercado de trabalho” (Motta, 2008, p.4-5).

²⁰ “Segundo o Plano da reforma do Aparelho do Estado, “[...] Em suma, afirma-se que a administração pública deve ser permeável à maior participação de agentes privados e/ou das organizações da sociedade civil e deslocar a ênfase dos procedimentos (meios para os resultados (fins))” (Brasil, 1995, p.22).

²¹ A reestruturação da economia, com vista a reforma do aparelho estatal e da educação superior não foi fenômeno único ocorrido no Brasil e nem mesmo da América Latina ou de outros países ditos do Terceiro Mundo, foi uma realidade presente na maioria dos países independente de seu grau de desenvolvimento segundo Sguissardi; Silva Jr., 2020.

lucratividade e excedentes, enxugam com aval do Estado os direitos e cria uma gama infinita de empresas privadas para servir as práticas antes destinadas exclusivamente ao Estado. Como as ONGs (organizações não governamentais), OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), e ao extenso espraiamento do terceiro setor via instituições sem finalidades lucrativas, as quais obtém maior incentivo estatal.

A lógica perversa da mercadorização dos direitos básicos à população brasileira, inseriu-se na ótica neoliberal de gestão de alívio da pobreza e banalização da vida. O mínimo para apaziguar as expressões da “questão social”²², logo, as políticas públicas tendem a se distanciar de forma mais intensa do termo “*direito de todo cidadão*” redigido na *Constituição Federal de 1988* e se apresentam como exceção a quem se encontra especificamente no contexto social de demasiada pobreza.

Tais reformas, implementadas pelo MARE (1995), sob forte influência dos aparelhos privados de hegemonia internacional – via de regra estadunidenses - rebateram de forma intensa nas políticas educacionais, as quais foram modificadas em vista de fornecer flexibilização e expansão ao ensino-mercadoria, principalmente, no ensino superior.

Na tabela a seguir, podemos analisar o crescimento de matrículas de acordo com a categoria administrativa de 1980 aos dias atuais 2021 (última atualização do censo da educação superior pelo MEC).

²² “Nas sociedades anteriores à ordem burguesa, as desigualdades, as privações etc. decorriam de uma escassez que o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas não podia suprimir (e a que era correlato um componente ideal que legitimava as desigualdades, as privações etc.); na ordem burguesa constituída, decorrem de uma escassez produzida socialmente, de uma escassez que resulta necessariamente da contradição entre as forças produtivas (crescentemente socializadas) e as relações de produção (que garantem a apropriação privada do excedente e a decisão privada da sua destinação). A “questão social”, nesta perspectiva teórico-analítica, não tem a ver com o desdobramento de problemas sociais que a ordem burguesa herdou ou com traços invariáveis da sociedade humana; tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital” (Netto, 2001, p.46).

Figura 2 – Número de matrículas, por categoria administrativa Brasil 1980-2021.



Fonte: Censo da Educação Superior – MEC. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 20.ago.2023.

Destaca-se que a partir da implementação dos cursos na modalidade à Distância, a diferença no percentual ficou mais visível, sendo as IES privadas as que mais ofertam cursos em EaD, as IES públicas passam a ofertar EaD via Universidade Aberta do Brasil (UaB), entretanto, os números não são exorbitantes em comparação as matrículas presenciais.

No ano de 2021 temos concentrado cerca de 2.078.661 matrículas em IES públicas, em contrapartida as IES privadas somam 6.907.893 matrículas, que em porcentagem corresponde a cerca de 23% das matrículas no ensino superior público e 77% no setor privado-mercantil. Tal fato demonstra a ferocidade que as instituições privadas se inseriram no ensino superior brasileiro, que hoje, configura-se com o traço marcante do capitalismo: a incessante busca por lucratividade.

3 - Conclusão

Após essa breve contextualização, levando em consideração os limites de um artigo, podemos afirmar que a educação nunca foi prioridade no Brasil. Nesse ínterim, a educação pública diante do senso comum historicamente foi e é concebida como gastos excessivos e desnecessários. Ao Estado coube reforçar tal falácia durante gerações de governos, sobretudo quando a direita ou extrema direita ascendia ao poder

governamental do país, inflamando tal discurso que por muitas vezes tornou-se discursos de ódio e difamação das universidades públicas brasileiras, além de tentativas consecutivas de privatizá-las.

Com isso, além de todos os ideários mundializados pelos organismos internacionais, os países de capitalismo dependente obtiveram a partir da década de 1990 uma crescente expansão de IES privadas e, de forma massiva seu espraiamento pelos polos EaD. Tal modalidade fornece um ensino precário, enxuto, flexível, um ensino-aprendizagem aos moldes das necessidades de acumulação e expansão de capitais, as quais delineiam um ensino fragmentado para formar mão de obra sobrando.

E o que defendemos vai em contrapartida desses ideários e demandas, assim, prezamos por uma educação que acima de tudo possa fornecer as bases para a justiça social e emancipação humana, que articule reflexões entre vivências/experiências e ensinamentos teórico, que nos permita reconhecer o eu sujeito no outro sujeito na *ontredade* articulada a *alteridade*. Notoriamente a defesa que realizamos de educação que não é possível sob as bases de expropriação capitalista, por isso almejamos uma sociabilidade para além do capital.

Referências

ANDERSON, Perry et al. Balanço do neoliberalismo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 9-23, 1995.

BRASIL. Câmara da Reforma do Estado et al. Plano diretor da reforma do aparelho do estado. **Brasília: Câmara da Reforma do Estado**, 1995.

_____. **Censo da Educação Superior 2021 - Notas Estatísticas**. Brasília: INEP/MEC, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2021.pdf Acesso em: 28.ago.2022.

_____. **CONSTITUIÇÃO DE 1988 Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da União, Brasília, 1988. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 05.jan.2023.

_____. **DECRETO Nº 5.622, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2005.** Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do União, Brasília, 2005. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5622-19-dezembro-2005-539654-publicacaooriginal-39018-pe.html>. Acesso em: 24.dez.2022.

_____. **LEI Nº 010172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do União, Brasília, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>. Acesso em: 20.ago.2022.

CHESNAIS, François. Doze teses sobre a mundialização do capital. In: FERREIRA, Carla & SCHERER, André Forti (orgs). *O Brasil frente a ditadura do capital financeiro: reflexões e alternativas*. Lajeado: Univates, 2005.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas**. Editora Fiocruz, 2006.

ENGELS, Karl; MARX, Friedrich. **Manifesto comunista**. Boitempo: SP, 1998.

FELIPE, Murilo Mendes. **Os 10 países mais desiguais do mundo**: Saiba quais são os 10 países com pior distribuição de renda do mundo. Diário do Estado. 2020. Acesso em: 03.jan.2023. Disponível em: <https://diariodoestadogo.com.br/os-10-paises-mais-desiguais-do-mundo-78146/>.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 2º Ed. RJ: ZAHAR EDITORES. 1976.

FONTES, Virgínia Maria Gomes de Mattos et al. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. EPSJV/UFRJ, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. – 6ª Ed. – SP: Cortez. 2010.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital** e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo. 2011.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

IAMAMOTO, M; V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro**. 9º ed. Cortez: São Paulo. 2015.

LEHER, Roberto. **Autoritarismo contra a universidade**: o desafio de popularizar a defesa da educação pública. – 1.ed. – São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

LEHER, Roberto. Darcy ribeiro (1922-1997): Universidade e projeto autopropelido de nação. **Educação, Escola & Sociedade**, v. 16, n. 18, p. 1-25, 2022.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. Boitempo Editorial, 2021.

LÖWY, M. A Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado. **Revista Outubro**. Ed. 01/1998. Disponível em <http://outubrorevista.com.br/wpcontent/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-1-06.pdf> Acesso em 23 de setembro de 2021.

LUCE, Mathias Seibel. Teoria marxista da dependência: problemas e categorias-uma visão histórica. **São Paulo: Expressão Popular**, 2018.

MARX, Karl. **O Capital-Livro 1: Crítica da economia política**. Boitempo Editorial, 2011.

MOTTA, Vânia Cardoso da. Ideologias do capital humano e do capital social: da integração à inserção e ao conformismo. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 6, p. 549-572, 2008.

NETTO, José Paulo. Capitalismo e barbárie contemporânea. **Argumentum**, v. 4, n. 1, p. 202-222, 2012.

_____, José Paulo. Cinco notas a propósito da questão social. **Revista Temporalis**, v. 2, n. 3, p. 41-49, 2001.

_____, José Paulo. Desigualdade, pobreza e serviço social. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, n. 19, p. 135-170, 2007.

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista**. O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Educação e Serviço Social: da Igreja ao empresariado**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2022.

_____, Larissa Dahmer. Expansão do ensino superior brasileiro e diversificação do perfil discente: elementos para pensar o processo de formação em Serviço Social. **Flecha do Tempo**, v. 1, n. 1, p. 67-86, 2019.

_____, Larissa Dahmer; VALE, Andréa Araújo do. (orgs.). **O Ensino à Distância na formação em Serviço Social: Análise de uma década**. Editora eletrônica: E-Papers. 2019.

SAMPAIO, Helena. Evolução do ensino superior brasileiro. **São Paulo, NUPES, Documento de Trabalho**, v. 8, p. 91, 1991.

Silva Jr., João dos Reis; Sguissardi, Valdemar. **Novas faces da educação superior no Brasil: reforma do Estado e mudança na produção**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/>. Acesso em: 20.ago.2022.

TROTSKY, Leon. **A História da revolução Russa**. Volume 1-A queda do tzarismo. Rio de Janeiro, 1977.